



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ata n.º 13

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia de Freguesia do Bonfim em Sessão Ordinária, no Salão Nobre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata nº 12.
2. Apresentação, discussão e aprovação do mapa de pessoal.
3. Apresentação, discussão e aprovação das opções do plano do ano 2021.
4. Apresentação, discussão e aprovação do orçamento do ano 2021.
5. Apresentação, discussão e aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências 2021 – renovação (minuta).
6. Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/9/2020 a 30/11/2020 bem como da sua situação financeira.
7. Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

Após confirmada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia deu início à sessão, dentro das Normas de Prevenção e Controlo de Infeção, COVID 19, DGS, começando por saudar todos os presentes.

Feita a chamada, verificaram-se as seguintes ausências e substituições:

- **Maria João Filipe de Oliveira Braga da Cruz – Bancada – PNP/RM – faltou e justificou, tendo sido substituída por José Manuel Moreira Pinto.**
- **Lilia Sofia Pinto Guedes de Manuel Sá e Silva – Bancada – PNP/RM – faltou e justificou, tendo sido substituída por Ricardo Sousa Martins.**
- **João Nuno Pinheiro Miranda – Bancada – PPD/PSD – Faltou e justificou, tendo sido substituído por Joana Brito Cardoso Montenegro.**
- **Raquel Patrícia Machado Azevedo – Bancada – PS – Faltou e justificou, tendo sido substituída por Fernando Ernesto Cardoso Monteiro.**
- **Maria Luisa dos Santos Alves da Cunha – Bancada – BE – Faltou e justificou, tendo sido substituída por Fernando José L. de Oliveira Queiroz**
- **António Rui Bomba Pais – Bancada – PS – Faltou e justificou, tendo sido substituído por Carolina Fernanda de Almeida Correia.**



Assembleia de Freguesia do Bonfim

A **Sra. Presidente da Assembleia** - deu início ao período antes da ordem do dia, questionando se alguém do público pretendia usar da palavra. Não havendo inscrições por parte deste, questionou se algum deputado pretendia usar da palavra. Solicitaram o uso da palavra quatro deputados. Antes de passar para a intervenção dos Srs. Deputados, a **Sra. Presidente da Assembleia** informou que tinha recebido duas moções fora do prazo estipulado no Regimento, sendo uma do PSD e outra da CDU. Nesse sentido questionou os membros da Assembleia se se opunham a que as Moções fossem aceites e deliberadas nesta Assembleia. Não havendo oposição, estas foram aceites por unanimidade.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves** – começou por saudar todos os presentes e passou a apresentar dois votos de pesar, um referente ao recente falecimento do Arquiteto Gonçalo Pereira Ribeiro Telles - **Anexo I** e outro pelo 40º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa - **Anexo II**.

Não havendo intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou o Voto de Pesar relativo ao falecimento do Arquiteto Gonçalo Pereira Ribeiro Telles à votação, tendo sido **Aprovado** por unanimidade.

Seguidamente a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação o Voto de Pesar relativo ao 40º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, tendo sido **Aprovado** com 5 votos a favor do PS, 3 votos a favor do PSD, 7 votos a favor do PNP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção da CDU.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Joana Montenegro** - após ter saudado todos os presentes, passou a ler a Moção “40º aniversário da morte de Francisco Sá carneiro e Adelino Amaro da Costa” – Anexo III.

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a Moção “40º aniversário da morte de Francisco Sá carneiro e Adelino Amaro da Costa”, tendo sido **Aprovada** com 5 votos a favor do PS, 3 votos a favor do PSD, 7 votos a favor do PNP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção da CDU.

Findas as votações dos Votos de Pesar e da Moção foi feito um minuto de silêncio.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – saudou todos os presentes e seguidamente apresentou a “Proposta de Recomendação Por Uma Mais Eficaz Política de Estacionamento” - Anexo IV.

Nesta altura entrou na sala o Sr. Deputado Gonçalo Mendes.

O Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves – em resposta à proposta apresentada, lembrou ao Sr. Deputado Paulo Mourato que o próprio tinha sugerido a realização de uma sessão de esclarecimento sobre o PDM nas instalações desta Junta, tendo a mesma acontecido e que nessa sessão foi apresentado o PDM pelo Sr. Vereador Pedro Baganha. Continuou, dizendo que esse foi o espaço para debater as questões relacionadas com o PDM, acrescentando que o Pelouro do Urbanismo está a seguir a metodologia definida, pelo que entende não fazer sentido a proposta apresentada pela CDU.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Mariana Macedo – saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção começando por questionar se a bancada da CDU estava disponível para separar a proposta nos seus vários pontos e votar a proposta ponto a ponto. Mais disse que relativamente ao Ponto 1 a Câmara já está a estudar o assunto. Relativamente ao estacionamento na cidade e aos paquímetros, uma vez que se trata de responder à necessidade dos cidadãos, votariam este ponto a favor. Quanto aos restantes pontos, informou que a bancada se irá abster.

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – disse que esta Proposta de Recomendação se situa na componente, Mobilidade e Transportes, que contempla a alteração do programa vigente da política do estacionamento privado, incluído nos pressupostos, criação da Zona 21, progressivo estacionamento em espaço público, substituindo as zonas residentes em garagens, isto naturalmente para residentes, substituindo-se pelos estacionamentos à superfície, garagens conforme previsto no PDM. Mais disse que a questão dos transportes coletivos não é só ideológico, o importante é que cada vez mais se usem os transportes coletivos em vez do uso do transporte particular, mas com a componente de um Park & Ride para que contemple os estacionamentos. Concluiu, afirmando que a proposta é uma forma de participar em comunhão com as entidades, para que haja soluções nesse âmbito.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo esta sido **Reprovada** com oito votos contra do PNP, três abstenções do PPD/PSD e cinco votos a favor do PS, um voto a favor do BE e 1 voto a favor da CDU.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – saudou todos os presentes e apresentou a Moção “Obras de Requalificação da Avenida de Fernão de Magalhães” - Anexo V.

O **Sr. Presidente do Executivo** – usou da palavra com uma saudação dirigida a todos os presentes. Disse que, relativamente à proposta do PSD, apenas pretendia esclarecer as duas questões. A primeira prende-se com as obras da Avenida Fernão de Magalhães, sendo que as obras estão com atraso significativo ao previsto por três razões. Uma tem a ver com a circunstância de que foi encontrado no subsolo toda uma estruturada rede de sistemas técnicos completamente desatualizados, em relação ao que supostamente seria de se encontrar, para dar seguimento à execução das obras. O segundo, tal como aconteceu na Rua de Santos Pousada, tem a ver com a existência de grandes placas de granito natural, o que levou a despende de mais tempo para se contornar o problema. A terceira teve a ver com o pessoal do empreiteiro, porque alguns trabalhadores contraíram o vírus, COVID-19 e nessas circunstâncias, a DGA suspendeu o prosseguimento das obras, por duas vezes. Foi dito pela empresa municipal GOPorto e pelo Pelouro do Urbanismo da Câmara que a conclusão da obra está para abril de 2021. Quanto à segunda recomendação do PSD, a Câmara tem em curso um plano para apoio aos comerciantes da Avenida Fernão de Magalhães em idênticos moldes ao que foi aplicado aquando das obras nas Ruas, Formosa e Fernandes Tomas. A associação dos comerciantes tem estado a trabalhar em colaboração com a Câmara neste projeto. Esta já contactou todos os comerciantes com o fim de constatar quais os prejuízos causados, devido ao impacto das obras e por fim serem indemnizados de forma equitativa. A recomendação do PSD faz todo o sentido, e paralelamente tem uma similaridade com a exposta recomendação da CDU, quando solicitou uma reunião pública sobre o PDM que já estava prevista. São assuntos que estão em cima da mesa e que estão em curso. Quanto ao ponto dois da moção do PSD, questionou a razão de tornar público a Moção, quando o assunto já está a ser tratado. Disse ainda que é legítimo os partidos fazerem todos os esforços em fazer sobressair as suas ideias, mas muitas vezes, como neste caso, acabam por ser extemporâneas. Concluiu dizendo que, as obras irão terminar e os apoios aos comerciantes vão ser concedidos feitos, seja ou não aprovada a moção.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – iniciou a sua intervenção com uma saudação a todos os presentes e no uso da palavra disse que se percebe perfeitamente o motivo do atraso das obras e tratando-se de um ano com a pandemia COVID19 instalada, tudo indica vir a ser um ano desastroso para os comerciantes. Mais disse que o PS esteve em contato com os comerciantes e constatou o mesmo que o **Sr. Presidente do Executivo** partilhou na sua informação. Os apoios estão a ser tratados e em breve serão comunicados. Disse ainda que, apesar de ser extemporânea a pertinência da proposta, o PS irá abster-se na votação da Moção.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – lembrou, relativamente à questão dos comerciantes, que as obras realizadas no âmbito da Porto 2001, provocaram a falência de muitos estabelecimentos mesmo com apoios aos comerciantes. Mais disse que segundo informação de alguns comerciantes, os valores que vão atribuir são incipientes e ridículos. Concluiu dizendo que são tantos os fatores contra os comerciantes, que tem dificuldade em entender como irão resistir a toda esta contingência. Uma sua proposta seria por exemplo o estacionamento grátis para que as pessoas pudessem ir ao comércio local.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Mariana Macedo** – interveio dizendo que quanto ao programa de incentivo ao comércio por parte da Câmara Municipal, independentemente do valor da indemnização, parece-lhe ser redutor porque trata-se da entrega de vales de desconto de dois euros em vinte euros de compras que vai até um total cem euros por comerciante.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação, tendo esta sido **Aprovada** com cinco votos a favor do PSD, BE e CDU e 8 abstenções do PNP e cinco abstenções do PS.

O Sr. Deputado José Lachado entrou na sala quando eram 09h05m (hora da convocatória inicial).

A **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Mariana Macedo** – reiterou os cumprimentos e apresentou a Moção – “Reconhecimento do Trabalho Realizado Pelo ACES Porto Ocidental na Freguesia do Bonfim”- Anexo VI.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Não havendo intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação, tendo esta sido **Aprovada** com treze votos a favor do PNP, PSD, BE e CDU e cinco abstenções do PS.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado** – usou da palavra saudando os presentes e esclareceu que não votou na moção anterior pelo facto de ter chegado atrasado e também por não ter conhecimento da mesma.

A **Sra. Presidente da Assembleia** – esclareceu o Sr. Deputado sobre a deliberação de inclusão desta Moção no Período Antes da Ordem do Dia, que teve lugar em momento anterior à chegada do Sr. Deputado.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado** – apresentou à assembleia a uma Moção de Recomendação no âmbito do espaço público - **Anexo VII**.

O **Sr. Presidente do Executivo** – disse que o Sr. Deputado José Lachado tinha razão numa boa parte dos casos, mas a Junta, diariamente está em contato com os diferentes serviços da Câmara, mas que não se peça para o Executivo passar a enviar cópias dos documentos, e-mail(s) nem gravações das conversas com Diretores e Vereadores das diferentes áreas da CMP. Muitas questões têm sido resolvidas. É preciso entender que o Porto não é só Bonfim. Existem muitos trabalhos em curso na cidade e a gestão tem de ser feita com o fim de minimizar problemas que nem sempre são atendidos com a rapidez desejada, mas dado à existência de inúmeros trabalhos, o que se tem feito é, pelo menos, minimizar as questões de caráter mais urgente. Recordou, por exemplo, a Rua de Vera Cruz, que andou mais de vinte e cinco anos a reclamar para uma requalificação, como o Sr. Deputado se deve recordar. Lembrou que essa requalificação foi realizada ao fim do quarto mês do seu primeiro mandato.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – salientou o primeiro ponto da moção, e disse que no anterior mandato, o PSD chamou à atenção e que o PS não se manifestou, talvez por ter feito parte do executivo da Câmara. Não deixa de concordar de que a Junta toma as diligências necessárias. Salientou que a Câmara, deveria de intervir na Av. Camilo, Rua António Granjo, Rua António Carneiro, locais que estão completamente degradados. Os automóveis que por lá passam sofrem graves desgastes nas suspensões o que causa mau estar das pessoas. Mais acrescentou que a Câmara, que retira



Assembleia de Freguesia do Bonfim

dinheiro desses locais, deveria de contribuir com esse dinheiro para as reparações. Terminou dizendo que o PSD vai votar a favor da Moção.

O Sr. Presidente do Executivo – disse estar de acordo e acrescentou, dirigindo a palavra ao Sr. Deputado, de que o envolvimento da Junta com a Câmara é muito intenso, em todas as áreas e com uma capacidade de resposta positiva. Reforçou dizendo que, quer o PS, quer o PSD, ambos têm uma boa representação na Câmara e que deveriam intervir para colmatar as situações apresentadas. Garantiu ainda que as diligências da Junta junto da Câmara são contínuas. Relativamente à moção, na verdade, a Junta é uma ativa interveniente, tanto que, já foi informada que os comerciantes irão ser beneficiados com indemnizações por parte da Câmara, no início do ano e que os atrasos das obras se prenderam com os problemas já expostos. Reconheceu que a preocupação por parte dos Srs. Deputados se compreende e é justa, dado que para isso foram eleitos: para propor, discutir e fiscalizar.

O Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves – interveio para dizer que a questão das obras parece incomodar o PS e PSD, mas reforça que no seu entendimento estas questões são meramente políticas pela razão de se estar próximo das eleições autárquicas. Continuou, realçando que não está assim tudo tão mau na Freguesia. Disse ainda que não tem constatado qualquer posição positiva por parte do PS, noutras áreas mais relevantes, nesta altura, tais como Coesão Social e Saúde, onde o trabalho da Câmara tem sido intenso. Concluiu dizendo que o Executivo da Junta tem sido de uma franca abertura e clareza nas suas ações e que a sua bancada vai votar contra a Moção.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia – iniciou a sua intervenção reafirmando de que a moção apresentada também é baseada nas queixas apresentadas por vários fregueses do Bonfim. Têm sido abordados na Praça Francisco Sá Carneiro, queixando-se os moradores de que os passeios estão péssimos. Recordou que na anterior Assembleia, o PS enalteceu as ações tomadas pelo pelouro da Coesão Social e da Saúde, dando como exemplo o trabalho levado a cabo com a Benéfica Previdente. Disse ainda que o PS tem um papel como líder de oposição que é o de tentar fazer com que a Freguesia possa ter mais e melhor.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado – usou da palavra esclarecendo que o PS tem como premissa apresentar o que está ou não correto. Se as coisas



Assembleia de Freguesia do Bonfim

estão bem, é porque estão bem, se estão menos bem, informam que estão mal. A moção relaciona-se com obras que decorrem na Freguesia e não com assuntos relacionados com a Coesão Social.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação, tendo esta sido **Aprovada** com onze votos a favor, das bancadas PS, PSD, CDU e BE e oito votos contra do PNP.

O **Sr. Presidente do Executivo** – disse que, tendo sido aprovada a moção, garante à bancada do PS que a respeitará continuando, de resto, a fazer o que tem vindo a fazer.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por finda a discussão do período antes da Ordem do Dia e deu início aos trabalhos da Ordem do Dia.

Ponto Um da Ordem de Trabalhos – Aprovação da Ata N.º 12;

A **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a Ata nº 11, tendo esta sido **Aprovada** por unanimidade.

Ponto Dois da Ordem de Trabalhos – Apresentação, discussão e aprovação do mapa de pessoal.

A **Sra. Presidente da Assembleia** colocou o ponto à discussão. Não tendo havido intervenções colocou o mesmo à votação, tendo sido **Aprovado** por unanimidade.

Relativamente aos pontos Três e Quatro, a **Sra. Presidente da Assembleia** propôs que se discutissem os dois pontos em conjunto e que depois se votassem separadamente.

A proposta foi aceite por unanimidade.

Ponto Três da Ordem de Trabalhos – Apresentação, discussão e aprovação das opções do plano do ano 2021.

Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos - Apresentação, discussão e aprovação do orçamento do ano 2021.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – iniciou a sua intervenção dizendo que em relação ao orçamento o PS teve sempre uma postura construtiva e que uma vez mais partiu para a preparação desta Assembleia com um espírito e uma mente aberta, sem sectarismo e, tendo em conta o repto que o **Sr. Presidente do Executivo** foi fazendo ao longo do mandato, tendo em conta o momento que se vive. O PS pretendeu apresentar propostas para serem contempladas no Orçamento e que de igual modo o fez na Assembleia Municipal. Infelizmente ambos tomaram caminhos diferentes. Algumas medidas foram contempladas na Câmara Municipal, infelizmente na Junta não. Dentro dessas propostas expôs que o PS propôs medidas tais como, a realização de um rastreio periódico à COVID19 aos funcionários da Junta, para que seja garantida a segurança tanto dos funcionários como dos fregueses. De igual modo para os funcionários das IPSS (s), que estejam na linha da frente no apoio social. Uma outra proposta seria que a Junta deveria promover um Site, para que os comerciantes pudessem apresentar os seus produtos. Propuseram ainda que a Junta criasse uma linha de contacto para que os comerciantes possam solicitar esclarecimento, caso surja um surto COVID19 nos seus espaços comerciais. Ainda uma outra proposta foi o reforço do orçamento para a Coesão Social em trinta e três por cento, uma vez que a COVID19 tem mais incidência na população carenciada. Continuou dizendo que a pandemia atinge também os sem-abrigo, pelo que propôs que fosse criado um gabinete para apoio, em parceria com a Câmara, para que se sinalizasse cada pessoa e dar-lhe assistência necessária. Continuou dizendo que propuseram que a Junta deveria propor à Câmara a suspensão dos parquímetros para o ano 2021, a fim de reduzir qualquer barreira ao comércio local. Mais disse que o PS Porto propôs à Câmara a criação de uma clínica destinada à saúde oral da zona oriental do Porto, contando com o apoio do ACES e ARS Norte, sendo atribuído um reforço orçamental de quatrocentos mil euros, para esse fim e que a Junta possa usufruir desse importante serviço, pelo facto de já ter protocolos e algum rastreio numa área que é de enorme importância, dado tratar-se de um problema que afeta em larga escala os Bonfinenses e por se tratar de uma lacuna no Serviço Nacional de Saúde. Face às necessidades crescentes na saúde, disse que deve haver um aumento de dotação e de facto esse aumento foi realizado neste ano. Na apresentação num total de dez propostas, sendo esta a última e que se destinava à divulgação nas redes sociais, Boletim Informativo, “O Bonfinense”, para divulgar as medidas de combate à contenção do COVID-19, bem como os cuidados a ter para a segurança de todos. Concluiu, dizendo que o Orçamento apresentado parece subvalorizar o efeito de pandemia nos Bonfinenses. Apresenta de facto um aumento na dotação da saúde, mas na Coesão social é menor relativo ao



Assembleia de Freguesia da Bonfim

orçamento de 2020. Termina dizendo que o orçamento apresentado não está de acordo com as necessidades mais emergentes, como tal o PS votará contra.

O Sr. Presidente do Executivo – usou da palavra para se referir às propostas apresentadas pelo Sr. Deputado Hugo Gilvaia, tendo em vista as opções do plano e orçamento para o ano 2021. Esclareceu que todas foram avaliadas pelo Executivo e algumas já estavam expressas no plano de atividades de cada pelouro. Outras serão ponderadas quanto à sua exequibilidade e adotadas sempre que possível. Precisou ainda que algumas das propostas também já se encontravam nas opções do plano. Quanto à realização dos rastreios aos funcionários e às pessoas que circulam na Junta, não o poderá exigir de uma forma arbitrária. A vogal da Saúde estabeleceu contato com a ARS Norte e ACES Porto Oriental, com o fim de recolher informações e recomendações para o processo. Quis também desmistificar que, o ser testado, não querera dizer que não seja contaminado no dia seguinte. Relativamente às propostas sobre o orçamento, dado que o Sr. Deputado não esteve presente aquando da consensualização dos outros partidos presentes na reunião, para o efeito, não tomou conhecimento das regras então enunciadas e que mereceram a concordância dos representantes presentes. Esclareceu que, cada membro de cada pelouro fez a sua proposta, admitindo a possibilidade de acolhimento pelo valor proposto, face à situação atual. No total, as propostas que apresentaram ultrapassavam em noventa e sete mil, oitocentos e vinte e três euros e treze cêntimos o valor da receita. Consensualizado com os Srs. Líderes, na reunião, explicou que não seria possível dado que, por lei, o valor da despesa não poderia ser superior à receita. Esclareceu ainda que, com o saldo de gerência e salvaguardando o valor base de segurança haverá certamente uma possibilidade para que a distribuição pelos pelouros, face ao solicitado, seja exequível. A estratégia é utilizar o recurso ao saldo de gerência deste ano. Terá que se avaliar posteriormente o acréscimo de despesa em função da evolução da situação pandémica, mas pretende, se possível, deixar intacto o valor de segurança. Esclareceu que as propostas apresentadas pelo PS são temas do género que o executivo já tinha ponderado e que, se possível, serão incorporadas numa primeira revisão orçamental que se venha a fazer.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia – esclareceu que em momento algum expressou que se excedesse as receitas em prol das despesas. Disse não estar de acordo com as opções políticas. Relativamente à sua ausência na reunião marcada, teve a ver com assuntos de ordem laboral e não conseguiu fazer-se representar. Disse que as referidas



Assembleia de Freguesia do Bonfim

reuniões lhe parecem generosas e que não deveriam ser trazidas para a Assembleia. Mais afirmou que o partido toma as posições devidas e que a sua presença na reunião em nada iria alterar as posições do PS, no que dizia respeito ao Orçamento para 2021. Mais referiu que a convocatória não especificava o tema a debater, portanto não teria ido preparado para os assuntos. Noutro âmbito frisou que não viu refletidas algumas das propostas do PS no orçamento. Quanto ao possível uso do saldo de gerência para complementar o atual orçamento, parece estarem de acordo quanto às necessidades existentes para o 2021.

O **Sr. Presidente do Executivo** – referiu que a proposta do PS é bem-vinda e acolhida em grande parte. Esclareceu ainda que, quanto aos testes Covid, já prestou esclarecimentos. A Junta do Bonfim, em questão de rede social tem o *site*, facebook, Explore Bonfim e ainda o Boletim O Bonfinense. Não vê que mais *sites* criar. Quanto ao programa, “Residência Partilhada”, também esta Junta foi pioneira. No âmbito do solicitado apoio da Câmara, à alegada dotação de duzentos mil euros, não poderá ser incorporada na receita sem que o mesmo venha a concretizar-se. Quanto ao pedido para suspender os paquímetros, logo implicaria todas as outras freguesias da cidade. De forma isolada dificilmente a Câmara aceitaria. Um exemplo a nível nacional aconteceu na cidade de Faro. Com isto não quererá dizer que não seja apresentado a proposta, mas o PS tem o seu lugar na Câmara e está, por isso, em boas condições para apresentar esta proposta no local mais adequado.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – disse ter estado na reunião, porque foi convocado como todos os outros partidos e que o **Sr. Presidente do Executivo** teve o cuidado de discutir as linhas a seguir relativas ao orçamento. Quanto à discrepância de valor exposta pelos pelouros, esses foram esclarecidos, inclusive o reforço de verba proveniente do valor de segurança para que não se deixe de apoiar as ações dos pelouros. Perante tudo isto, o que vê proposto fazer incide numa grande atividade por parte dos pelouros da Coesão Social e da Saúde.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves** – disse que, relativamente ao orçamento, tendo em conta a pandemia, dificilmente se conseguirá ter uma ideia concreta quanto ao valor a atribuir a cada Pelouro, isto porque se estão a atravessar momentos difíceis e as previsões desta ordem, são incertas. No entanto, o orçamento apresentado tem enfoque em duas áreas de elevada importância porque delas saem respostas de apoio à população, pelas razões expostas. Dificilmente será não usar a almofada de



Assembleia de Freguesia do Bonfim

segurança, pois a junta não tem grandes receitas pelo que é aceitável, se necessário mexer nesse capital. Destacou que foi dito na reunião que possivelmente a meio do ano o orçamento poderá ser revisto. Relativamente às opções do plano realçou que algumas das opções extravasam as competências da Junta. Num outro âmbito, os meios de comunicação da Junta têm feito um trabalho de informação e divulgação notável, como é do conhecimento de todos. Também é do conhecimento que, a Câmara fez uma campanha informativa com MUPI(s) e distribuição de EPI(s), de forma a ajudar a travar a disseminação do vírus. Deixou uma nota ao Executivo afirmando que a elaboração deste orçamento merece todo apoio.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia – realçou que não pretendeu dizer que as reuniões não tinham qualquer utilidade. Reiterou que essas reuniões não substituem em nenhum momento político a Assembleia. No âmbito dos testes rápidos sublinhou que são uma fotografia, mas são recomendados e quebram a cadeia de contágio, daí a pertinência de serem usados e direcionados ao público. Quanto ao orçamento, este não deve ser um processo de intenções e parece-lhe um mau princípio dizer-se que têm medidas e não importa se as podem ou não executar. Crê que o orçamento deveria ser feito ao contrário, daí divergirem.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Mariana Macedo – pediu a palavra para reforçar que não se pode impor o rastreio aos funcionários públicos, pois será necessário dizer que se está num estado de direito e democrático. Dizer para fazer será inconstitucional. Portanto, não se pode implementar de forma direta e obrigatória. Se assim for a pretensão do PS, deveria partir de cima, o governo deveria implementar a nível nacional, sendo já tardio.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação o documento das Opções do Plano do ano 2021, tendo sido **Aprovado** com onze votos a favor do PNP e PSD, sete votos contra do PS e BE e uma abstenção da CDU.

Em seguida a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação o Orçamento do ano 2021, tendo sido **Aprovado** com onze votos a favor do PNP e PSD, sete votos contra do PS e BE e uma abstenção da CDU.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O **Sr. Presidente do Executivo** pediu a palavra para dizer que, como cidadão e não como Presidente, não quer deixar de manifestar a sua estranheza por se votar contra sem apresentar as respetivas justificações e/ou alternativas. Votar contra, parece que partidariamente tem de ser assim. Respeita, mas como cidadão fica “inconformado” com estas posições, porque sempre que não concorda, explica a razão de forma precisa.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – pediu a palavra para dizer que acredita ter sido claro. O PS votou contra porque o orçamento não reflete a realidade que se avizinha e acredita que o Executivo também não vê que seja viável. No âmbito da Coesão Social, crê que este Pelouro merecia uma dotação maior em relação ao ano passado. Como cidadão e não como político, disse que será necessário deixar o processo de intenções e passar à realidade. Disse que quanto às propostas exposta pelo PS, crê serem positivas para o orçamento, e que não sentiu que essas propostas tivessem sido refletidas, nada foi aproveitado e, por isso, acredita que o orçamento sairá prejudicado. Terminou, afirmando que apresentou as explicações suficientes para o PS votar contra o orçamento.

O **Sr. Presidente do Executivo** – afirmou que, face ao que já tinha esclarecido, as propostas não podiam ser todas atendidas de imediato por não haver condições para o fazer, mas que poderão vir a ser atendidas. A Saúde e a Coesão social, principalmente este Pelouro, será o mais beneficiado. Sugeriu que no âmbito dos seus partidos analisem comparativamente as informações trimestrais das outras freguesias. A Junta do Bonfim, com menos recursos que todas as outras, tem feito inúmeras atividades e inovações não receando qualquer comparação. O Executivo é flexível e, se necessário for, far-se-á retificação ao orçamento quando necessário e possível. A responsabilidade vai para além de dizer não e, como tal, existe a obrigação de cidadania de sugerir o que deve ser feito e não apenas votar contra o que é feito.

Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos - Apresentação, discussão e aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências 2021 – renovação (minuta).

O **Sr. Presidente do Executivo** – disse que o contrato é renovado anualmente. Já em anos anteriores não foram apresentados em Assembleia porque os Srs. Deputados delegaram competência ao Presidente para assinar os contratos antes das Assembleias, mas com a promessa de os apresentar na Assembleia seguinte. Este ano, o contrato acabou de chegar e



Assembleia de Freguesia do Bonfim

assim está presente na Assembleia para que os Srs. Deputados deem o seu voto de forma direta. Mais acrescentou que o contrato é rigorosamente igual ao do ano anterior.

Não tendo havido intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou o contrato interadministrativo de delegação de competências 2021 – renovação à votação, tendo sido **Aprovado** por unanimidade.

Ponto Seis da Ordem de Trabalhos - Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/09/2020 a 30/11/2020 bem como da sua situação financeira.

O **Sr. Presidente do Executivo** – interveio no sentido de esclarecer que de há um ano a esta parte, relativamente à situação financeira, tem sido apresentado um pequeno resumo complementar das despesas por Pelouro. Este ano foi impossível apresentar esse complemento pelo facto de existir um atraso de dois ou três dias na contabilização relativa ao mês de novembro. Esclareceu ainda que a situação financeira é muito positiva.

Não tendo havido intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto Sete da Ordem de Trabalhos - Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

O **Sr. Presidente do Executivo** – disse que um dos protocolos é relativo ao contrato interadministrativo e trata-se de um anexo ao contrato elaborado no ano passado, relacionado com “Casa Melhorada, Vida Melhorada”. Outro protocolo tem a ver com uma das sugestões que a bancada do PS sugeriu. Trata-se do protocolo com diversas clínicas dentárias que o Pelouro da saúde angariou para apoio ao cidadão bonfinense, principalmente àqueles que mais carências enfrentam e com dificuldades de uma assistência médico-dentária.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves** — usou da palavra para dizer que as próximas eleições presidenciais sofrerão algumas alterações no que respeita aos locais onde os eleitores irão votar. Mais disse que a Câmara do Porto tem vindo a diligenciar e a tratar da instalação das secções de voto, com o apoio das juntas. Face ao



Assembleia de Freguesia do Bonfim

exposto, solicitou ao Sr. Presidente se poderia dar alguma informação sobre as alterações que serão feitas.

O Sr. Presidente do Executivo – explicou que serão feitas alterações profundas na elaboração das mesas de voto, no que respeita às eleições presidenciais e provavelmente nas autárquicas, pois crê ser difícil que nas autárquicas já se esteja numa situação pandémica mais contida. Mais informou que o Executivo foi sensível às recomendações do governo e, nesse âmbito será primordial a criação de máxima segurança nos locais de voto quer para os eleitores, quer para os membros das mesas de apoio, características que se basearão nas normas da DGS. Após um estudo aprofundado, chegou-se à conclusão de que as escolas da Freguesia não ofereciam a segurança desejada. Surgiu a ideia de se contactar o Colégio dos Salesianos e também o Académico Futebol Club. Após consenso, comunicou-se à Câmara e esta propôs uma visita aos locais em parceria com a Junta, para uma apreciação do espaço e qual a logística a empreender bem assim como a determinação das necessidades de pessoal para o projeto. Um dos pormenores discutidos foi o pré-aviso aos eleitores com a afixação de cartazes na Freguesia. A Junta irá usar todos os seus meios de informação e comunicação à disposição, para que chegue a máxima informação aos seus eleitores.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado – usou da palavra para questionar se tinha havido alteração da Ordem de trabalhos já que, a Mesa, tinha aberto inscrições para se debater o Ponto 7 – Apresentação de protocolos. O Sr. Deputado. Paulo Neves do PNP e o Sr. Presidente do Executivo inscreveram-se para falar de eleições presidenciais sem serem interrompidos pela Mesa. Quanto ao Ponto 7 em discussão, questionou relativamente aos protocolos com as farmácias, Alves Moreira e Queija Ferreira, e no que diz respeito às consultas de podologia, o porquê dos descontos aplicados nas diferentes consultas serem diferentes.

A Vogal do Executivo - Adelaide Santos – esclareceu que os benefícios são estipulados pelas entidades. Os utentes ao adquirirem o cartão saúde que a junta fornece, usufruem dos descontos que constam nas tabelas anexas a cada protocolo.

Finda a Ordem de Trabalhos, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminado o Período da Ordem do Dia e solicitou ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa que procedesse à leitura da



Assembleia de Freguesia do Bonfim

ata minuta. Após a sua leitura colocou a ata minuta à votação, tendo esta sido **Aprovada** por unanimidade.

A **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminada a Assembleia de Freguesia, agradecendo a todos os Membros da Assembleia pela prestação dos trabalhos realizados, como também ao Executivo e ao público presente.

A PRESIDENTE DA MESA

Francisco Castelo Bm

O 1º SECRETÁRIO

[Handwritten signature]

O 2º SECRETÁRIO

[Handwritten signature]